



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

## CADERNO DE ENCARGOS

### **Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana para o Centro de Saúde de Marco de Canaveses e Unidades de Saúde Familiar – Lote 1**

Ao abrigo do Acordo Quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

PUBLICITADO ATRAVÉS DO ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO Nº 14295/2022, DRE DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

### **PARTE I – Cláusulas Jurídicas**

#### **CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

##### **Cláusula 1.ª**

###### **Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal os serviços de vigilância e segurança humana para o Centro de Saúde de Marco de Canaveses, Unidade de Saúde Familiar de Bem Viver e Unidade de Saúde de Alpendora – Lote 1, ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, publicitado através do DRE de 7 de novembro de 2022, Anúncio do Procedimento nº 14295/2022.

##### **Cláusula 2.ª**

###### **Entidade Pública Contratante**

A entidade adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, doravante e abreviadamente CMMC, pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899 e Plataforma eletrónica de contratação pública em utilização pelo município Acingov, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

##### **Cláusula 3.ª**

###### **Forma e documentos contratuais**

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte do contrato os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.
4. Em caso de divergência entre os documentos referido no nº 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros,

## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

### Cláusula 4.ª

#### Preço base

- 1- O preço base do procedimento é **84.856,28€ (oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e vinte e oito cêntimos)** que será pago em mensalidades iguais e sucessivas, representando o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços objeto do contrato.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas com mão-de-obra, abrangendo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, assim como todos os aspetos logísticos e instalação necessários à prestação de serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço referido é acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### Cláusula 5.ª

#### Prazo

A presente prestação de serviços inicia com a celebração do contrato escrito pelo prazo de 12 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### Cláusula 6.ª

#### Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos e seus anexos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base definido na cláusula 4.ª, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal.
3. O preço referido anteriormente inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

### **Cláusula 7.ª**

#### **Local da Prestação de Serviços**

Os serviços objeto do presente procedimento serão realizados no Centro de Saúde do Marco de Canaveses, na Unidade de Saúde Familiar de Bem Viver e na Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada.

#### **Horário Proposto:**

##### **Centro de Saúde de Marco de Canaveses**

Rua Professor José Magalhães de Aguiar, nº 85

4630-409 Marco de Canaveses

- Dias úteis entre as 08h00 às 20h00;

- Sábados, domingos e feriados, entre as 08h00 às 14h00

##### **Unidade de Saúde Familiar de Bem Viver**

Rua da Feira Nova, nº 380

4625-003 Bem Viver – Ariz

Marco de Canaveses

- Dias úteis entre as 08:00 e as 13:00 e entre as 15:00 e as 20:00

##### **Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada**

Rua Professor Raúl Gonçalves Soares, nº 215

4575-043 Alpendorada e Matos

Marco de Canaveses

- Dias úteis entre as 08:00 e as 13:00 e entre as 15:00 e as 20:00

## **CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais**

### **Cláusula 8.ª**

#### **Obrigações do Adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a prestar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com as obrigações do adjudicatário previstas no caderno de encargos do caderno do Acordo Quadro.

2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

### **Cláusula 9ª**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante pagar, no prazo acordado, as faturas que forem emitidas pelo adjudicatário e fornecer todas as informações necessárias à correta prestação de serviços, objeto do presente contrato.

### **Cláusula 10ª**

#### **Patentes, Licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

### **Cláusula 11ª**

#### **Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços e cumprimento das obrigações objeto deste caderno de encargos e sua aprovação, constantes das cláusulas técnicas correspondentes a cada um dos lotes em concurso.
3. Das faturas deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução e consequente não reconhecimento da obrigação.
- 4 - Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

### **Cláusula 13.ª**

#### **Cessão da posição contratual**

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Subcontratação**

1. Os cocontratantes poderão subcontratar o fornecimento dos serviços objeto do presente caderno de encargos, desde que autorizado previamente pela entidade adjudicante, dentro dos limites estipulados no acordo quadro.
2. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato

### **Cláusula 15.ª**

#### **Resolução sancionatória por incumprimento contratual**

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Sanções**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro

### **Cláusula 17.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos: Câmara Municipal de Marco de Canaveses pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899 – email: [info@cm-marco-canaveses.pt](mailto:info@cm-marco-canaveses.pt) – [a.compras@cm-marco-canaveses.pt](mailto:a.compras@cm-marco-canaveses.pt)



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

### **Cláusula 18.ª**

#### **. Cláusula arbitral e foro competente**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro para prestação de serviços de vigilância e segurança.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, do CCP e demais legislação aplicável.